

Folha de S. Paulo

11/5/1985

Exemplo de Guariba

Sem dúvida, as várias centenas de milhares de bóias-frias que perambulam pelos campos e periferias das cidades merecem da sociedade particular atenção no sentido de garantir-lhes melhores condições de vida e de trabalho. Esse enorme contingente — somente nas atividades ligadas à agroindústria canavieira paulista são mais de meio milhão de trabalhadores — foi, durante as últimas décadas, quase que totalmente destituído dos mais elementares direitos já desfrutados pelos demais assalariados brasileiros, seja no campo, seja nos centros industriais.

Foi, pois, com simpatia que em janeiro último se recebeu a notícia de que trabalhadores e patrões haviam chegado a um acordo nas negociações que puseram fim às greves e às violências que ocorriam então. Suscitaram-se também esperanças de que na próxima rodada de negociações novos progressos seriam alcançados.

Infelizmente, as discussões que no momento estão tendo lugar na Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp) entre usineiros e fornecedores de cana de um lado, e, representando os trabalhadores, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), não dão sustentação ao mesmo otimismo de alguns meses atrás.

Das 29 reivindicações apresentadas pela Fetaesp, quase todas as de cunho social e relativas à segurança e melhorias das condições de trabalho foram integral ou parcialmente aceitas pelos empregadores. Restam contudo, as reivindicações constantes da pauta econômica, onde é grande a distância que separa as duas partes.

A sazonalidade do corte de cana-de-açúcar dificulta a aceitação pelos patrões de contratos de trabalho com a duração mínima de doze meses, como exigido pelos empregados. Igualmente incompatíveis com a realidade econômica da agroindústria canavieira são algumas das propostas da Fetaesp como a proibição de utilização de colhedoras mecânicas e de herbicidas nas lavouras, a contratação de trabalhadores sem limite de idade, bem como algumas garantias típicas da atuação governamental nas áreas previdenciárias: continuidade ilimitada de recebimento de salários em caso de problemas de saúde, concessão, às mulheres, de dispensa de trabalho por três dias no período menstrual, afastamento do serviço à gestante e salário-família equivalente a 10% dos vencimentos por cada dependente menor de dezesesseis anos.

Também surgem divergências quanto aos níveis da diária mínima, que os trabalhadores querem fixados em Cr\$ 50 mil, contra os Cr\$ 17 mil oferecidos pelos empregadores — valor que já incorpora 100% do INPC. Quanto aos preços para o corte da tonelada de cana, os patrões oferecem reajustes de 100% do INPC mais 7% de produtividade, ao passo que a Fetaesp reivindica valor cerca de duas vezes e meia mais alto.

Fica evidente o irrealismo de algumas propostas dos trabalhadores, onde se reflete mais a pouca maturidade de algumas lideranças do que o empenho consciente em chegar a um acordo eficaz. Se ainda em janeiro de 1985 reivindicavam diária mínima de Cr\$ 20 mil, como justificar a atual cifra de Cr\$ 50 mil, 150% mais elevada? Embora as despesas com mão-de-obra não sejam o item preponderante na composição do custo de produção de cana-de-açúcar — em São Paulo podem variar entre 15% e 25% — como conciliar a exigência de substancial elevação de custos com a proibição da mecanização e do uso de técnicas poupadoras de mão-de-obra?

É certo que o setor canavieiro tem sido um dos mais favorecidos pela política econômica do governo, o que lhe tem garantido elevada rentabilidade. Isto, sem dúvida, torna possível aos produtores atenderem com maior generosidade algumas reivindicações dos trabalhadores, cuja cota de sacrifícios é das mais pesadas; mas por outro lado há que considerar que se está em vias de eliminar algumas das vantagens desfrutadas pelos produtores (por exemplo, juros de custeio e de warrantagem mais elevados), e que as condições do mercado internacional para produtos da cana ainda se acham deprimidos. Vale lembrar que as exportações brasileiras de açúcar são gravosas, custando ao setor público cerca de US\$ 200 milhões por ano, e que a elevação dos custos de produção tenderá a aprofundar ainda mais as dificuldades encontradas no efetivo combate ao déficit público no Brasil.

No momento atual, é unânime a compreensão quanto à necessidade de se atenderem algumas das reivindicações trabalhistas dos bóias-frias. É preciso, contudo, que haja equilíbrio de ambas as partes, tanto no comportamento quanto nas exigências, além de discernimento para saber que todos perderiam com o surgimento de novas Guaribas.

(Primeiro Caderno — Página 2)